

Um outro Fórum é possível

EDUARDO ALMEIDA NETO*

O FSM e a luta antiimperialista: uma avaliação crítica.

A terceira edição do Fórum Social Mundial de Porto Alegre deve ser a maior delas, esperando-se a presença de cerca de 100 mil pessoas. A segunda edição, em 2002, reuniu cerca de 50 mil pessoas, mais de três vezes os 16 mil da primeira.

Deve ser maior também em suas contradições: é cada vez mais visível que aí confluem dois fóruns distintos: o majoritário, oficial, em que ONGs, intelectuais, representantes da social democracia de todos os matizes (alguns em governos, outros candidatos) discutem educadamente propostas de humanização do capitalismo e um outro fórum, de luta antiimperialista, cada vez mais presente, que reflete o crescimento das mobilizações na América Latina e no mundo.

Cidadãos: uni-vos?

Em centenas de seminários e conferências do Fórum “oficial” se debatem versões semelhantes do mesmo programa já esboçado desde a primeira edição do Fórum. Ao final dos debates, marcam-se outras discussões para os próximos Fóruns ou encontros semelhantes, sem nenhum compromisso com a luta concreta.

Uma das estrelas do Fórum, onipresente na linguagem hegemônica, é o discurso da cidadania. Dezenas de intelectuais se esforçam em demonstrar que a generalização da cidadania é o horizonte do possível. Esta idéia foi revolucionária nas grandes mobilizações burguesas que derrotaram o feudalismo na Europa entre os séculos XVII e XIX. Significava naquele momento a abolição dos privilégios na nobreza e do clero na Idade Média.

* Intelectual e militante do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU).

No período de decadência do capitalismo, esta ideologia tem um conteúdo claramente reacionário, de igualar os cidadãos proprietários dos meios de produção e os cidadãos proletários.

Como afirma José Welmovicki:

Os interesses da maioria explorada não são os mesmos da minoria exploradora. Os lucros de uns implicam a miséria dos outros. Omitir essa oposição em nome de uma pretensa igualdade entre todos, a ser atingida dentro da sociedade atual, desvia os explorados da busca da necessária unidade de classe para acabar com a exploração. E os deixa à mercê do canto de sereia por uma saída conjunta sem radicalismos.

Uma economia capitalista solidária?

Outra das propostas amplamente difundidas no Fórum oficial é a de uma “economia solidária”. Esta é uma versão da humanização do capitalismo, uma tentativa de concretização da proposta já conhecida de “uma economia capitalista voltada para o mercado interno”, em contraposição à globalização.

Segundo esta proposta, a alternativa seria a generalização de associações autogestionárias, cooperativas, organizações de consumo ético, bancos do povo, grupos de compras solidárias, movimentos de boicote, cozinhas comunitárias etc.

No entanto, mais uma vez, estas propostas batem de frente com a realidade da economia mundial controlada por grandes empresas multinacionais. Não é por acaso que nada se fala sobre as grandes empresas automobilísticas, químicas, petrolíferas, agropecuárias, os grandes bancos etc.

Uma economia apoiada em pequenas empresas seria retornar ao passado. Como dizia Rosa Luxemburgo, sua

realização geral implica a supressão do mercado mundial e o parcelamento da atual economia mundial em pequenos grupos de produção e troca localizados; em suma: tratar-se-ia do retrocesso do capitalismo para a economia mercantil da Idade Média.

Como toda proposta de desenvolvimento capitalista “voltado para o mercado interno”, estas propostas não explicam o que fazer com as grandes empresas imperialistas que controlam os países e não querem “aumentar os salários para desenvolver o mercado interno”, da mesma maneira que as grandes empresas nacionais associadas. Ou se expropriam estas empresas entrando em um caminho anticapitalista ou a situação segue exatamente como está.

Para encobrir sua impotência para responder ao controle do mercado mundial pelas multinacionais, os defensores da “economia solidária” fizeram propostas como “um Banco Mundial ético” e “uma Organização Mundial do Comércio justa”. Valeria também acrescentar a defesa do poder para o coelhinho da Páscoa e o Papai Noel.

Não é por acaso que os defensores desta “economia solidária”, ao chegar ao poder, como agora com o governo Lula, se acomodam rapidamente à realidade e passam a administrar a serviço das mesmas empresas multinacionais de sempre.

Taxa Tobin: uma CPMF internacional

Outro dos ícones da maioria do Fórum é a defesa da taxa Tobin. Em 1978, James Tobin, prêmio Nobel de Economia de 1981, fez uma proposta de uma taxa que incidiria sobre as transações cambiais especulativas. Os defensores desta taxa opinam que ela seria um freio à especulação financeira e ao mesmo tempo um enorme “fundo para combater a pobreza”, que seria administrado com a democratização de alguma das instituições internacionais atuais (como o FMI “democratizado”). A dimensão desta taxa varia entre seus defensores, entre 0,1 e 1%, ficando em geral em torno de 0,25%.

Esta taxa, no entanto, incidiria apenas sobre uma parte do movimento de capitais (as transações cambiais, de especulação com as moedas), deixando de lado todo o enorme movimento de capitais também especulativos como os títulos das dívidas públicas, assim como as ações das bolsas. Trata-se de uma proposta cosmética, que em nada alteraria o controle totalitário e parasitário dos grandes bancos e empresas imperialistas sobre as finanças mundiais.

Além disso, a experiência dos “fundos” com objetivos sociais já é parte de uma experiência negativa presente em nossos países. A CPMF (aliás, com uma taxa maior e mais abrangente) também foi criada para “possibilitar investimentos para a saúde”. A situação dos hospitais públicos brasileiros responde por si só aos entusiastas defensores da taxa Tobin.

O Estado burguês democratizado?

Outra das teorias mais divulgadas no Fórum é apoiada por intelectuais muito em moda, como Susan George, Ignácio Ramonet e Toni Negri, sobre a autonomia das empresas multinacionais e a perda de função dos Estados.

Segundo o informe oficial do segundo Fórum:

Os conferencistas destacaram, ainda, que o capitalismo financeiro não precisa mais do Estado Nacional (EN) e nem de suas instituições democráticas. Neste vazio político, as instituições econômicas e financeiras e de dinheiro, governarão o mundo em nome do capital, daí a política dar espaço para a tecnocracia atuar.

Concluíram também que:

A democracia exercida com eficácia desarma o capital. A autoridade do povo e que dele emana é o único instrumento eficaz na luta contra a globalização. Essas conclusões foram o ponto de convergência das opiniões dos painelistas na manhã de hoje.

A partir daí, chegam à política da democratização do Estado, com o grande exemplo do *Orçamento Participativo* de Porto Alegre. Antes, estes setores reformistas diziam que o Estado burguês poderia ser mudado por dentro, transformando-se em Estados a serviço dos trabalhadores e da população em geral, sem necessidade de uma revolução. Agora, avançam em sua teoria e dizem que as grandes empresas já não necessitariam do Estado, e que por si só os Estados, “desde que com regimes democráticos”, seriam uma contraposição ao capital. Ainda mais com a sua democratização, por meio do orçamento participativo etc.

O problema para todos estes setores é que brigam com a realidade, que entra por todas as janelas e portas. O Estado norte-americano (com regime democrático), controlado pelas multinacionais, está impondo a ALCA e preparando a guerra contra o Iraque para controlar seu petróleo. O Estado francês (dirigido pela social democracia presente no Fórum) apoiou a guerra no Afeganistão, assim como defende com todas as suas forças as multinacionais francesas.

Por outro lado, o *Orçamento Participativo* de Porto Alegre só opina sobre 10% do orçamento da cidade, e está submetido às instâncias de poder tradicionais da democracia burguesa, como a Câmara de Vereadores e o Governo municipal.

Olhando os mentores destas teorias, muitos deles membros ou representantes de governos locais ou nacionais, pode-se ver com clareza que não foi a gestão deles que mudou os Estados burgueses (que seguem inalterados). Eles é que estão muito mudados desde que se integraram à democracia burguesa. Toni Negri era um líder guerrilheiro, e a maioria absoluta das correntes do PT hoje estão integradas ao Estado com o governo Lula, em plena louvação do Estado burguês. E já nem falam em levar o *orçamento participativo* ao governo federal, contentando-se com as tradicionais “negociações” com o Congresso Nacional.

Um outro Fórum é possível

Esta parte majoritária e oficial do Fórum em nada faz avançar a luta contra o imperialismo e o capitalismo. Ao contrário, a tentativa é a de dar uma base programática a uma espécie de “quarta via”. Como a dominação da social democracia está sendo claramente questionada, tanto pelas mobilizações como nas eleições europeias, busca-se criar um discurso mais à esquerda para defender o mesmo programa de adaptação ao neoliberalismo.

Não é por acaso que o lema do Fórum é “*Um outro mundo é possível*”. Não se qualifica qual é este “outro mundo” porque se trata do mesmo mundo capitalista, com pequenas reformas sociais compensatórias. Trata-se, portanto, de um conteúdo semelhante à já desgastada terceira via, com uma forma renovada.

Na verdade, o Fórum oficial é uma tentativa de domesticar dentro da ótica capitalista o ímpeto que vem das ruas, das mobilizações antiglobalização.

Mas existe uma nova situação internacional, com um questionamento cada vez mais amplo aos planos neoliberais e uma nova leva de mobilizações. O reflexo disso no Fórum é que este espaço também foi parcialmente apropriado e transformado. Parafraseando o lema oficial, “um outro Fórum é possível”... Desde o primeiro, mas em particular a partir de 2002, uma parte dos presentes, ligados a movimentos sociais, está articulando lutas unificadas internacionalmente, e debatendo alternativas anticapitalistas.

Este outro Fórum não estava previsto na idéia original dos organizadores, mas está se impondo, ocupando espaços sem pedir licença. Deste outro evento participaram com peso organizações de grande importância no Brasil como o MST (articulado internacionalmente com a Via Campesina), correntes muito importantes da Igreja, partidos de esquerda revolucionários (como o PSTU e os partidos da LIT), setores da esquerda petista e ativistas independentes (sindicalistas, populares e da juventude).

A principal expressão é a mobilização contra a ALCA, que teve a primeira expressão pública na passeata internacional ocorrida na segunda edição do Fórum em janeiro de 2002, avançou para o plebiscito de setembro, agora com uma nova passeata em janeiro de 2003. Neste sentido, o Fórum está sendo utilizado também como um espaço de articulação de mobilizações concretas antiimperialistas. Em Florença (outubro de 2002), no Fórum Social Europeu ocorreu o mesmo, com uma mobilização gigantesca de 500 mil pessoas contra a guerra de Bush.

Não se pode falar, portanto, em um único Fórum, mas em dois diferentes, que ocorrem no mesmo momento, na mesma cidade. Dois fóruns que têm laços comunicantes (existem muitos intelectuais e dirigentes sérios e anticapitalistas nos seminários do Fórum oficial) e inúmeras contradições e conflitos. A direção do Fórum oficial tenta de todas as maneiras evitar ou diminuir a importância das mobilizações que ocorrem, mas elas estão, ao contrário, se fortalecendo.

A atuação dos “movimentos antiglobalização”

Estes movimentos estão sofrendo uma mutação muito importante. Em geral, quando se fala em movimentos antiglobalização, a referência imediata é a de um movimento em que a juventude tem grande peso, com suas máscaras antigases, roupas coloridas e irreverentes. Esta era a composição majoritária de Seattle (novembro de 99) e dos primeiros anos de mobilizações nos países europeus imperialistas, como a de Praga (setembro de 2000), Gênova (julho de 2001). É bom observar que já neste momento existiam setores dos movimentos de trabalhadores participando, mas não eram eles que davam a tônica.

Na América Latina, desde o início, não foi assim, com uma grande participação de trabalhadores no ato contra a ALCA de abril de 2001 em Buenos Aires e, em novembro de 2002, em Quito.

Depois do período de desmobilização posterior aos atentados de setembro de 2001 nos EUA, as mobilizações voltaram, agora com um peso grande de trabalhadores mesmo nos países imperialistas. A última mobilização antiglobalização, em Florença, demonstrou que esta é uma tendência mundial. Não por acaso, ocorrem no mesmo período greves gerais na Itália e o renascimento de lutas sindicais na Inglaterra e na Espanha.

As primeiras mobilizações antiglobalização anunciaram, assim, um novo momento político, que agora se massifica, de grandes lutas contra os planos neoliberais. Acompanhando estas lutas, se dissemina um sentimento antiimperialista (sob a forma de antinorte-americanismo) em todo o mundo. A campanha antiALCA é a expressão deste fenômeno na América Latina.

Não houve uma grande participação dos grupos envolvidos com as mobilizações antiglobalização iniciais no Fórum. Uma desconfiança natural com o reformismo dos organizadores deve ter inibido sua presença. Mas, como dizia acima, felizmente existe um reflexo destas lutas no Fórum, em particular com a mobilização antiALCA.

Por uma nova organização internacional dos trabalhadores

A necessidade de uma organização internacional revolucionária dos trabalhadores continua a ser uma necessidade presente. Mais ainda agora, com a globalização capitalista, um salto na internacionalização e centralização do capital.

O Fórum oficial não é, por seu programa e forma de organização, nenhuma alternativa a isso. O seu propósito é o de ajudar na elaboração de uma alternativa programática reformista, por dentro do capitalismo.

O outro Fórum possibilita a articulação de uma luta antiimperialista como a luta contra a ALCA, cumprindo um papel enormemente progressivo. Mas tem uma enorme heterogeneidade em sua composição e no programa de seus distintos setores, não permitindo vôos de maior alcance, como a construção de uma internacional comum. Por exemplo, se existe uma oposição comum à ALCA, ao FMI e ao pagamento da dívida, não existe um acordo em relação a qual alternativa a ser defendida. O socialismo revolucionário ainda é uma minoria no interior deste bloco progressivo.

A questão da hegemonia no Fórum

Desde a primeira edição, existe no Fórum uma clara predominância do bloco oficial. Isto não se modificou. Hoje, ao contrário, este bloco reformista acaba de ter enormes conquistas. O momento político na América Latina está marcado pelo surgimento de governos de Frente Popular (de colaboração de classes, entre partidos e movimentos dos trabalhadores e representantes de setores da burguesia), com muitos pontos em comum com o programa majoritário no Fórum.

É assim com o governo Lula, da aliança PT-PL no Brasil, uma das estrelas do Fórum 2003. É assim com Lúcio Gutierrez apoiado pela CONAIE (Confederação das Nações Indígenas) e Pachakutski, duas das organizações que dirigiram a insurreição de janeiro de 2000 no Equador.

O governo de Hugo Chavez, apesar de não ser um governo essencialmente de Frente Popular, está localizado também no marco da chamada “centro-esquerda”, que abarca aqueles outros.

Esses governos contam com um grande apoio popular, e surgem, no ideário político de amplas camadas de ativistas, como daqueles presentes no Fórum, como uma alternativa de libertação antiimperialista. Em toda a América Latina, por exemplo, é possível ouvir de ativistas de esquerda que a ALCA não vai passar porque Lula foi eleito.

No entanto, nenhum desses governos, a começar pelo de Lula, está se dispondo a encampar um movimento como a luta contra a ALCA. Lula já declarou que vai continuar com as negociações da ALCA e respeitar os acordos com o FMI. Um exemplo recente é bem significativo desta postura. Em outubro-novembro de 2002 se realizaram em Quito duas reuniões: uma negociação oficial da ALCA com representantes dos governos de toda a América, e um encontro dos movimentos sociais contra a ALCA. Houve uma passeata internacionalista de cerca de 15 mil pessoas contra a ALCA, com delegações de todos os países do continente e grande peso dos indígenas equatorianos, que terminou reprimida pela polícia com gases lacrimogêneos. A direção do PT não enviou nenhum representante para o encontro contra a ALCA e muito menos para a passeata. Mas mandou o deputado Paulo Delgado, como representante do governo Lula recém-eleito, para negociar a ALCA, na reunião dos governos, protegida pela polícia e pelos gases lacrimogêneos.

Lucio Gutierrez segue nessas mesmas pegadas: vai manter a dolarização da economia equatoriana, respeitar os acordos com o FMI e manter a ocupação norte-americana da base de Manta. Todos esses governos e partidos incorporam o discurso da “cidadania” e apelam ao programa defendido majoritariamente no Fórum.

Mas esta descrição seria parcial sem a constatação de que também o bloco antiimperialista cresceu e se fortaleceu. A campanha do plebiscito de setembro de 2002 no Brasil, assim como as mobilizações contra a ALCA em outros países do continente ganharam força e visibilidade.

Além disso, ocorre no Fórum um reagrupamento por parte daqueles que entendem que a luta pelo socialismo revolucionário passa pela construção de uma alternativa independente e oposta à colaboração de classes expressa nesses governos de frente popular, aqueles que buscam a mais ampla unidade na luta contra a ALCA, o FMI e a dívida, e que também defendem a unidade dos que apresentam uma proposta de socialismo revolucionário. O presente é claramente hegemônico pelos reformistas do Fórum oficial. O futuro está em disputa.

NETO, Eduardo Almeida. Um outro Fórum é possível. *Crítica Marxista*, São Paulo, Boitempo, v.1, n.16, 2003, p.127-133.

Palavras-chave: Fórum Social Mundial; Antiimperialismo; Movimentos sociais; Economia Solidária.